

## OS LUSÍADAS SEGUNDO JOAQUIM NABUCO: O DEBATE SOBRE A NACIONALIDADE DO POEMA NA IMPRENSA DE 1872

*THE LUSIADS ACCORDING TO JOAQUIM NABUCO: THE DEBATE OVER THE POEM'S  
NATIONALITY OF IN THE PRESS OF 1872*

Regina Zilberman<sup>1</sup>

**Resumo:** Joaquim Nabuco publica em 1872 *Camões e os Lusíadas*, livro precedido pelo artigo, de mesmo título, impresso no jornal *A República*. Expressa, por esse meio, as principais teses daquela obra a partir do pressuposto de que *Os Lusíadas* fazem parte da literatura brasileira. Fundamenta a tese na rejeição do Indianismo e das noções de originalidade e nacionalidade da literatura brasileira, bem como na recusa em considerar *A Confederação dos Tamoios*, de Gonçalves de Magalhães, uma epopeia capaz de representar o gênero épico desde o ponto de vista artístico.

**Palavras-chave:** *Os Lusíadas*. Indianism. nacionalidade. originalidade. epopeia.

**Abstract:** Joaquim Nabuco publishes in 1872 *Camões e os Lusíadas*, a book preceded by an article, with the same title, printed in the newspaper *A República*. He presents, through the press, the main theses of his book, based on the assumption that *The Lusíads* belongs to Brazilian literature. He bases his thesis on the rejection of Indianism and the notions of originality and nationality in Brazilian literature, as well as on the refusal to consider Gonçalves de Magalhães' *A Confederação dos Tamoios* an epic capable of representing this genre from an artistic point of view.

**Keywords:** *The Lusíads*. Indianism. nationality. originality. epic poem.

### O livro e um artigo

Em 1872, com 23 anos e recentemente diplomado em Direito pela escola de Recife, Joaquim Nabuco (1849-1910) publica obra sobre o poeta Luís de Camões (c. 1524-1580?) e o épico *Os Lusíadas* (NABUCO, Joaquim, 1872). O livro, impresso pela Tipografia do Imperial Instituto Artístico, deve ter entrado em circulação ao final de agosto daquele ano, a se julgar pelas notícias veiculadas em periódicos cariocas: o *Jornal do Comércio* anuncia seu lançamento em 30 de agosto e divulga resenha a respeito em 1 de setembro; *A Reforma* discute as teses do autor no dia 3; e o *Diário do Rio de Janeiro* se ocupa do assunto na edição dominical do 22 daquele mês.

Os originais do livro foram entregues à gráfica no início de abril de 1872, como notícia *A Reforma* de 11 de abril (a ortografia foi atualizada):

**Publicação importante** - O nosso ilustrado amigo Dr. Joaquim Nabuco entregou ao prelo um trabalho notável, que é produto de esclarecido e profundo estudo.

<sup>1</sup> Doutora em Romanística, Universidade de Heidelberg, Alemanha. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Letras. Projeto Probral – Discurso da épica nas culturas lusófonas do século XIX.

O livro do jovem escritor é sobre *Camões e os Lusíadas*, análise séria pelas questões literárias que aventa e pelo aprimorado do estilo.

Crítico notável, e alma de artista, o Sr. Dr. Joaquim Nabuco vai dar às letras pátrias um volume de real valor.

Dando a público esta boa nova, declaramos que, no escritório da nossa folha, podem se inscrever as pessoas que desejam possuir essa importante obra. (PUBLICAÇÃO IMPORTANTE, 1872).

A notícia é rica em adjetivos, visando valorizar autor e obra: essa é julgada um “trabalho notável” e “produto de esclarecido e profundo estudo”. O “jovem escritor”, por sua vez, é responsável por “análise séria” e estilo “aprimorado”. É igualmente “crítico notável”, com “alma de artista”, de que deriva uma contribuição de “valor real” às “letras pátrias”. O terceiro parágrafo da notícia tem conteúdo de ordem pragmática: o jornal anuncia aos interessados que podem antecipar a aquisição do volume em produção por meio de uma inscrição “no escritório de nossa folha”.

Ao lançar seu livro de estreia, Nabuco segue os protocolos do sistema de produção de seu tempo: contrata os serviços de uma tipografia, a do Imperial Instituto Artístico, uma empresa privada cujo proprietário era Henrique Fleiuss (1824-1882), que acumulava as funções de diretor, redator e gravurista da *Semana Ilustrada*. O Instituto Artístico havia sido criado por Fleiuss, em parceria com Carlos Linde (c. 1830-1873), com o objetivo de oferecer instrução para “meninos carentes” (PEREIRA, 2015, p. 91), enfatizando a aprendizagem da xilogravura. O intuito não se concretizou plenamente; de todo modo, a empresa, já com a designação de Imperial,<sup>2</sup> afirmou-se enquanto tipografia, amparando a execução da *Semana Ilustrada* e de publicações avulsas. É neste sentido que se anuncia a abertura de inscrições para assinantes que desejarem adquirir o livro de Nabuco, assegurando a venda antecipada e, por consequência, o financiamento do produto final.

Entre o depósito dos originais na gráfica e o lançamento da obra, Joaquim Nabuco fez mais um movimento: publicou, em *A República*, periódico que se dizia “órgão diário do Partido Republicano”, artigo em duas colunas, cujo título, “Camões e *Os Lusíadas*”, é idêntico ao do livro em fase de impressão. O artigo apareceu em 3 de junho, ainda que datado de 10 de abril de 1872 (NABUCO, Joaquim, 1872).<sup>3</sup> Provavelmente estava escrito desde a época em que finalizou o livro, tendo aproveitado as comemorações do aniversário do poeta, previstas para o mês de junho, para divulgar o texto.

---

<sup>2</sup> Renan Rivaben Pereira observa que “a condição [de Imperial] era obtida mediante solicitação do interessado, serviços prestados ou mesmo pagamento ao Estado.” (PEREIRA, 2015, p. 96).

<sup>3</sup> As citações deste artigo são extraídas desta edição. Procedeu-se à atualização ortográfica.

Este artigo pode ser considerado o marco inaugural da trajetória de interpretações que Joaquim Nabuco dedicou a Camões e sua epopeia. Àquele texto se seguiram o livro de 1872, o discurso proferido pelo autor em 1880, por ocasião do terceiro centenário da morte do poeta, e as três conferências ministradas em inglês nos anos 1908 e 1909 (DRUMMOND, 2012). Mas não foi a primeira manifestação de um intelectual ou de um artista brasileiro sobre o autor e o tema.

Com efeito, Camões é figura assídua no imaginário dos artistas e nas leituras de críticos e letrados nacionais ainda na primeira metade do século XIX. Exemplificam a admiração pelo autor português o poeta Gonçalves de Magalhães (1811-1882), em especial em sua coletânea de versos *Suspiros poéticos e Saudades*, de 1836, o dramaturgo Luiz Antônio Burgain (1812-1876), que, em 1837, encena *Glória e infortúnio* ou *A morte de Camões*, obra impressa em 1838 pela Tipografia de J. Villeneuve, e o dublê de poeta e historiador da literatura Joaquim Norberto de Sousa Silva (1820-1891), autor da balata “O mendigo” e de “Camões – Episódio do poema – Brazil”, publicada a primeira em 1844 na *Minerva Brasiliense*, e os versos subsequentes, de pendor épico, na *Revista Popular* em 1859. Nestes, e também em referências que a ele fazem Álvares de Azevedo (1831-1852) ou Casimiro de Abreu (1839-1860), no início da segunda metade do oitocentos, identifica-se o impacto das interpretações dadas à biografia do poeta, concretizadas em obras cronologicamente próximas, a saber, o épico *Camões*, de 1825, de Almeida Garrett (1799-1854), a novela *Camões e José Índio*, de 1823/4, e o *Resumo de História Literária de Portugal*, de 1826, as duas últimas de Ferdinand Denis (1798-1890).

Gonçalves de Magalhães, no prefácio à edição de 1864 de *A Confederação dos Tamoios*, parece ser um dos poucos que contestaram a criação épica do bardo lusitano, condenando o emprego da oitava-rima:

A oitava-rima, composta de dois quartetos ligados, terminando pela rima-pareilha, de todas a mais retumbante, e a mais insuportável, se bem que ofereça mais largo espaço às descrições, constrange contudo o pensamento, como em um leito de Procrusta, ora a estirar-se, ora a encolher-se fora de propósito, e a estalar sempre metodicamente por suas pancadas consoantes; o que tem alguma coisa de cômico; e por isso mais adequada às composições satíricas, e burlescas, em que o poeta, não tendo em mira a verdade, e a bela natureza, procura com brinquedos de palavras, e exagerações, alegrar o estilo, e provocar o riso. (MAGALHÃES, 1864, p. XV. A ortografia foi atualizada.)

Essa atitude talvez decorra do fato de o escritor fluminense desejar assegurar a originalidade de sua epopeia diante de uma tradição consolidada que remontava à Renascença; mas a crítica é contundente, porque nega, em um texto em que o compromisso com a epopeia parece tão evidente, o teor de epicidade próprio àquele gênero. Magalhães, no 6 – Conexão Letras, Porto Alegre, v. 17, n. 28, p. 04 - 21, jul-dez. 2022. E-ISSN 2594-8962.

prefácio em que justifica suas escolhas métricas, refere-se ao autor de *Os Lusíadas*, e também por esse ângulo distingue-se de seus contemporâneos, que, na maioria das vezes, orbitam em torno à biografia do poeta, ressaltando a circunstância de o artista lusitano ter sido responsável pela criação de uma obra-prima que, infelizmente, não alcançou reconhecimento em seu tempo, imagem que a fortuna crítica consagrou desde o século XVII e que Almeida Garrett e Ferdinand Denis, em suas respectivas obras, lapidaram, obtendo repercussão entre os brasileiros. Aliás, recusando ao poeta a condição de executor de uma obra-prima, Magalhães não poderia se comover com o fato de que sua obra não ter obtido, à sua época de produção, o devido aplauso.

### **Uma tese e uma provocação**

Joaquim Nabuco, ao escolher Camões e sua criação mais notória, *Os Lusíadas*, não parecia inovar o modo como o tema vinha sendo recebido entre os letrados nacionais. Contudo, o jovem bacharel pernambucano expõe uma tese muito pessoal na abertura de seu livro, razão talvez porque desejasse antecipá-la no artigo lançado em *A República* nas proximidades dos trezentos anos de publicação da epopeia portuguesa.

A tese é singela, porém provocadora: a seu ver, e nas suas palavras, “os *Lusíadas*, como obra-prima de nossa língua, serão a obra-prima de nossa literatura”. Por isso, acrescenta, “escolhendo, pois, os *Lusíadas*, acredito que não saí do terreno da literatura nacional”.

A singeleza da afirmação não esconde os preceitos que ela afronta e de que trata de se desvencilhar. O primeiro, e o mais importante, diz respeito à nacionalidade da literatura brasileira, que deveria estar calcada na diferença que lhe cabia afirmar diante das literaturas estrangeiras, especialmente europeias, e, em particular, da portuguesa.

Em 1872, esse debate tinha quase cinquenta anos, se tomarmos como marco cronológico o “Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa”, que Almeida Garrett publicou na condição de prólogo ao *Parnaso Lusitano*, de 1826, coletânea de poemas portugueses produzidos desde o Renascimento e organizada por gêneros literários em seis volumes. No texto introdutório, Garrett examina a obra de poetas nascidos na colônia americana, anunciados a partir da seguinte observação: “Mui distinto lugar obteve entre os poetas portugueses desta época Cláudio Manuel da Costa: o Brasil o deve contar seu primeiro poeta, e Portugal entre um dos melhores.” (GARRETT, Almeida, 1998, p. 56). A seguir, destaca seus sonetos, que, a seu ver, rivalizam com os de Metastásio.

No parágrafo subsequente, anota que “agora começa a literatura portuguesa a avultar e enriquecer-se com as produções dos engenhos brasileiros”, considerando que a produção oriunda dos poetas nascidos na América faz parte da literatura metropolitana, conforme um conjunto orgânico. Ressalva, porém, que:

Certo é que as majestosas e novas cenas da natureza naquela vasta região deviam ter dado a seus poetas mais originalidade, mais diferentes imagens, expressões e estilo, do que neles aparece: a educação europeia apagou-lhes o espírito nacional: parece que receiam de se mostrar americanos; e daí lhes vem uma afetação e impropriedade que dá quebra em suas melhores qualidades. (GARRETT, Almeida, 1998, p. 56-57).

O parágrafo é dúbio: depois de incorporar autores do século XVIII como Cláudio Manuel da Costa (1729-1789), e, a seguir Santa Rita Durão (1722-1784), ao cânone português, reclama que aqueles autores carecem de “espírito nacional” em razão de sua desatenção diante da natureza majestosa e de sua “educação europeia”. Similar requisito é solicitado a Basílio da Gama (1741-1795), autor de *O Uruguai*, que, segundo Garrett, “mais nacional foi que nenhum de seus compatriotas brasileiros”, o que torna sua poesia “verdadeiramente nacional, e legítima americana” (GARRETT, Almeida, 1998, p. 58).

A advertência maior recai sobre Tomás Antônio Gonzaga (1744-1810), em parágrafo depois polemizado em diferentes etapas do Romantismo brasileiro:

Gonzaga, mais conhecido pelo nome pastoril de Dirceu, e pela sua Marília, cuja beleza e amores tão célebres fez naquelas nomeadas liras. Tenho para mim que há dessas liras algumas de perfeita e incomparável beleza: em geral a *Marília de Dirceu* é um dos livros a quem o público fez imediata a boa justiça. Se houvesse por minha parte de lhe fazer alguma censura, só me queixaria, não do que fez, mas do que deixou de fazer. Explico-me: quisera eu que em vez de nos debuxar no Brasil cenas da Arcádia, quadros inteiramente europeus, pintasse os seus painéis com as cores do país onde os situou. Oh! E quanto não perdeu a poesia nesse fatal erro! Se essa amável, se essa ingênua Marília fosse, como a Virgínia de Saint-Pierre, sentar-se à sombra das palmeiras, e enquanto lhe revoavam em torno o cardeal soberbo com a púrpura dos reis, o sabiá terno e melodioso, - que saltasse pelos montes espessos a cotia fugaz como a lebre da Europa, ou grave passeasse pela orla da ribeira o tatu escamoso, - ela se entretivesse em tecer para o seu amigo e seu cantor uma grinalda não de rosas, não de jasmims, porém dos roxos martírios, das alvas flores dos vermelhos bagos do lustroso cafezeiro; que pintura, se a desenhara com sua natural graça o ingênuo pincel de Gonzaga! (GARRETT, Almeida, 1998, p. 57-58).

Gonzaga, de larga circulação entre o público leitor de língua portuguesa, é condenado por ignorar a paisagem americana, ao pintar o quadro onde localiza sua Marília. Contudo, Garrett não o entende para parte de uma literatura brasileira, e sim componente do “parnasos lusitano” que denomina a coletânea de versos.

Também de 1826, ano do “Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa”, é o livro de Ferdinand Denis, *Résumé de l’histoire littéraire du Portugal, suivi du Résumé de l’histoire littéraire du Brésil*, publicado na França em sua língua original. Denis reproduz as exigências

formuladas por Garrett, encarecendo a necessidade de que a natureza circundante os inspire, em vez de copiarem modelos europeus desgastados:

Que os poetas destas regiões contemplem a natureza, que se animem de sua grandiosidade, em poucos anos tornar-se-ão iguais a nós, talvez nossos mestres. Esta natureza, tão favorável aos desenvolvimentos do gênio, espalha seus encantos sobre todos, circunda mesmo os centros urbanos com suas mais belas produções; e não é como em nossas cidades, em que é ignorada, onde muitas vezes não a podemos conhecer. (DENIS, Ferdinand, 2018, p. 351).

Contudo, Denis proclama sua exigência em um segmento do livro dedicado exclusivamente à literatura do Brasil, como propõe desde o título e finalidade manifestada no capítulo de abertura: “uma nação nova reclamava a história de sua literatura, e tentei traçar suas linhas principais.” (DENIS, Ferdinand, 2018, p. 60). Logo, não há contradição na proposta historiográfica do estudioso francês: a literatura de um país independente, mesmo que novo, tem suas próprias características – é, pois, nacional; e mais nacional será, se extrair da natureza seus temas e imagens.

Aparentemente Denis tinha resolvido o problema; mas abriu o caminho para outro: o que fazer com o passivo da literatura produzida em Portugal e que colaborara na formação de nosso cânone? Uma das respostas a essa questão aparece em nova etapa do debate, transcorrida nos primeiros anos da década de 1840, e de que a tese de Joaquim Nabuco é herdeira.

Em janeiro de 1842, José da Gama e Castro (1795-18750), português então radicado no Brasil, publica dois artigos no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, reclamando que muitas invenções portuguesas, todas de grande importância, são atribuídas a terceiros, pessoas pertencentes a outras nacionalidades. Procura corrigir o que julga ser uma injustiça, chamando a atenção para sábios lusitanos que merecem reconhecimento mundial. Entre muitos deles, cita o padre Bartolomeu de Gusmão (1685-1724), criador da “passarola”, modelo de aeróstato operacional, meio de locomoção então desconhecido.

Poucos dias depois, imprime o *Jornal do Comércio* a réplica assinada por “O Brasileiro”, contestando a posição do mal-humorado publicista português. Observa que esse autor praticava o que ele mesmo condenava, já que o feito de Bartolomeu de Gusmão, um dos exemplos de apropriação indébita, cabia aos brasileiros, pois seu autor nascera em Santos, e não aos usurpadores lusitanos. Para reforçar sua argumentação, pergunta: “Porventura diremos nós que Cláudio Manuel da Costa, ou Fr. Francisco de S. Carlos são literatos portugueses, ou que as obras de qualquer deles pertencem à literatura portuguesa?” Responde o próprio “O Brasileiro”: “Cuido que não”, complementando: “Pois se os escritos destes dois

homens (por não estar agora a falar de muitos outros) fazem incontestavelmente parte da literatura brasileira, claro está que também os inventos do padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão fazem parte dos inventos dos Brasileiros.” (O BRASILEIRO, 1978, p. 121).

Gama e Castro não passou recibo. Na seção “Correspondência”, do *Jornal do Comércio*, de 29 de janeiro de 1842, “Um Português” publica “Satisfação a um escrupuloso”, texto datado de 24 de janeiro, dia em que “O Brasileiro” divulgou as objeções às ideias do jornalista lusitano:

Fala-se de literatura brasileira por hábito, por vício, talvez por excesso de patriotismo; mas a verdade é que, em todo o rigor da palavra, literatura brasileira é uma entidade que não só não tem existência real, mas que até não pode ter existência possível. (CORRESPONDÊNCIA, 1978, p. 124).

No caso da literatura, a questão é de ordem conceitual, segundo Um Português: “a literatura não toma o nome da terra, toma o nome da língua; sempre assim foi desde o princípio do mundo, e sempre há de ser enquanto ele durar” (CORRESPONDÊNCIA, 1978, p. 124). Para Gama e Castro, trata-se de um ponto pacífico, doa em quem doer.

Deve ter doído em Santiago Nunes Ribeiro (?-1847), editor da *Minerva Brasiliense*, que publica, na seção Literatura do primeiro volume da revista nascida em 1843, o artigo “Da nacionalidade da literatura brasileira”. O autor talvez não fosse brasileiro nato; originário da “América Hispânica (há controvérsias se é natural do Chile ou do Peru)”, migrou “ainda jovem para o Brasil” (BESSONE, Tania, 2016, p. 56). Sua posição, porém, é francamente favorável ao reconhecimento da identidade singular da literatura brasileira diante da co-irmã lusitana:

Agora perguntaremos se um país, cuja posição geográfica e constituição geognóstica, cujas instituições, costumes e hábitos tanto diferem da sua metrópole de outrora, não deve ter sua índole especial, seu modo próprio de sentir e conceber, dimanante destas diversas causas, modificadas umas pelas outras; se, numa palavra, não deve ter caráter nacional. (RIBEIRO, Santiago Nunes, 2014, v. 1, p. 176).

A essa pergunta, ele mesmo responde: “Ora, se os brasileiros têm seu caráter nacional, também devem possuir uma literatura pátria”. Mais adiante, enfatiza: “A poesia do Brasil é filha da inspiração americana.” (RIBEIRO, Santiago Nunes, 2014, v. 1, p. 189). Logo a seguir, desaprova as imagens fixadas por Gonçalves de Magalhães, que, no “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil (Estudo preliminar)”, no primeiro volume de *Niterói*, de 1836, acusara a “poesia do Brasil” de ser não uma “índigena civilizada”, mas

uma grega, vestida à francesa, e à portuguesa e climatizada no Brasil; é uma virgem do Hélicon, que, peregrinando pelo mundo, estragara seu manto, talhado pelas mãos de Homero, e sentada à sombra das palmeiras da América, se apraz ainda com as reminiscências da pátria, cuida ouvir o doce murmúrio da Castália, e o trépido sussurro do Lodon, e do Ismeno, e toma por um rouxinol o sabiá, que gorjeia entre

os galhos da laranjeira. (MAGALHÃES, Gonçalves de, 1836, p. 146. A ortografia foi atualizada.).

Na imagem do sabiá tomado por um rouxinol, Magalhães parece parafrasear Almeida Garrett, que condena Tomás Antônio Gonzaga por essa ave faltar em seus versos, assim como o “cardeal soberbo” que conferiria nacionalidade às líras da *Marília de Dirceu*. Santiago Nunes Ribeiro contraria essas assertivas, validando a tese de que a produção poética do Brasil é autônoma e autossuficiente:

Assim em vez de considerar a poesia do Brasil como uma bela estrangeira, uma virgem da terra helênica, transportada às regiões do novo mundo, nós diremos que ela é a filha das florestas, educada na velha Europa, onde a sua inspiração nativa se desenvolveu com o estudo e a contemplação de ciência e natureza estranha. (RIBEIRO, Santiago Nunes, 2014, v. 1, p. 190).

Poucos meses depois, outro artigo se soma à posição de Ribeiro. É assinado por Januário da Cunha Ribeiro (1780-1846), decano dos estudos historiográficos no Brasil, pois organizara entre 1829 e 1830 os dois volumes do *Parnaso brasileiro*, coletânea pioneira reunindo poetas nascidos no Brasil, e fora fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ao lado do general Raimundo José da Cunha Matos (1776-1839).

O artigo de Januário da Cunha Barbosa, publicado em janeiro de 1844, adota uma estratégia singular que deve ter rendido bons frutos: em vez de falar em seu nome, reproduz um discurso de Édouard Mennechet (1794-1845), “lido no Congresso Histórico reunido em Paris neste ano de 1843 sobre a nacionalidade da literatura”. Assim, ele apela ao recurso da autoridade – e prestigiada autoridade estrangeira – com o fito de, como escreve, colaborar para o esclarecimento de uma questão “suscitada pela *Minerva*, e de que muitos literatos se ocupam, sem contudo assentarem as verdadeiras bases em uma satisfatória definição” (BARBOSA, Januário da Cunha, 1844, p. 168. A ortografia foi atualizada).

Terceirizando o debate, Januário pode afirmar então que “a natureza e o clima de um país, a religião, os costumes, as leis e a história dos povos que o habitam, têm uma influência constante e absoluta sobre sua literatura; e que a literatura é nacional quando está em harmonia com a história, com as leis, com os costumes, com a religião, com o clima e com a natureza do país em que nascera.” (BARBOSA, Januário da Cunha, 1844, p. 168).

O debate não esmoreceu nos anos seguintes, e um de seus principais porta-vozes foi Joaquim Norberto de Sousa Silva, ele também membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e, de certo modo, sucessor de Januário. Suas manifestações mais consistentes e orgânicas aparecem a partir do volume 6, da *Revista Popular*, publicado em 1860. Esse periódico nascera em 1859, patrocinado não por uma associação de amigos, como fora a

*Minerva Brasiliense*, mas pela empresa de propriedade de Baptiste-Louis Garnier (1823-1893), que dava seqüência a seu percurso ascendente no universo editorial do Rio de Janeiro. Reunia um grupo de intelectuais hegemônicos atuantes na Corte, a exemplo de Joaquim Norberto, ao lado de quem atuavam Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (1825-1876) e Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882).

Joaquim Norberto, na série de artigos denominados “Nacionalidade da literatura brasileira” e segmento da planejada “História da literatura brasileira”, parte de um pressuposto do qual não abre mão e que enuncia no primeiro parágrafo do texto:

A nacionalidade da literatura de qualquer povo demonstra-se por si mesma como a expressão de sua inteligência; é ela quem patenteia o espírito e a tendência de suas diversas fases, marchando em progresso ou decadência, segundo as modificações de seus costumes, de seus usos, de suas leis e de seu caráter. Negar essa nacionalidade por haver outro povo, que fale idêntica língua, e em virtude dos vínculos, que uniam os dois povos, é condená-lo à condição de escravo, que ainda depois de liberto tem por destino produzir em benefício de outrem; tal foi porém o que se pretendeu não há muitos anos a nosso respeito em referência a Portugal. (SILVA, Joaquim Norberto de Sousa, 2002, p. 63).

Joaquim Norberto acreditava provavelmente que sua postulação derrubava qualquer contestação. Mas o fato de que Joaquim Nabuco traz a questão para o primeiro plano de sua interpretação do poema épico de Luís de Camões evidencia que o debate não estava encerrado. Mas ele podia suscitar respostas que tomavam rumo singular, haja vista não apenas o artigo do bacharel pernambucano, antecipando o teor da obra sobre o autor de *Os Lusíadas*, mas também o posicionamento expresso por Machado de Assis (1839-1908) em sua “Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de Nacionalidade”, de 1873.

### **A nova geração**

O grupo de letrados até aqui referidos nasceu entre as últimas décadas do setecentos (Januário da Cunha Barbosa, Gama e Castro, Almeida Garrett e Ferdinand Denis) e as primeiras do oitocentos (Joaquim Norberto). Joaquim Nabuco nasceu bem depois – em 1849, quando o Brasil não apenas era uma nação independente, mas estava organizado em um regime imperial relativamente sólido, com pleno controle sobre as províncias revoltadas do período regencial. Mais próximo dele é outro Joaquim: o Joaquim Maria Machado de Assis, nascido em 1839 e que, desde a metade dos anos 1850, atuava nos meios editoriais do Rio de Janeiro.

O escritor fluminense manifestara-se sobre a literatura nacional em 1858, em *A Marmota*, periódico dirigido por Paula Brito (1809-1861). O artigo, denominado “O passado, o presente e o futuro da literatura”, divide-se, conforme sugere o título, em três partes. A

primeira inicia por uma reflexão sobre o passado colonial do país e examina a situação do poeta, que se depara com uma sociedade “bem mesquinha”, tendente a “inocula[r] nas fibras íntimas do povo o desânimo e a indiferença” (ASSIS, Machado de, 2008, p. 1002-1003). Ao referir-se à poesia, parafraseia o posicionamento de Almeida Garrett:

A poesia de então tinha um caráter essencialmente europeu. Gonzaga, um dos mais líricos poetas da língua portuguesa, pintava cenas da Arcádia, na frase de Garrett, em vez de dar uma cor local às suas líras, em vez de dar-lhes um cunho puramente nacional. Daqui uma grande perda: a literatura escravizava-se, em vez de criar um estilo seu, de modo a poder mais tarde influir no equilíbrio literário da América. (ASSIS, Machado de, 2008, p. 1003).

Reconhece, assim, a “influência poderosa da literatura portuguesa sobre a nossa”, que “só podia ser prejudicada e sacudida por uma revolução intelectual” (ASSIS, Machado de, 2008, p. 1003). Ressalva *O Uruguai*, de Basílio da Gama, outra vez reproduzindo a avaliação de Garrett, ao afirmar que, “sem trilhar a senda seguida pelos outros, Gama escreveu um poema, se não puramente nacional, ao menos nada europeu.” (ASSIS, Machado de, 2008, p. 1003). Após a reprodução do juízo do poeta português, Machado de Assis emenda, fazendo valer a sua voz, ao explicar por que não considera *O Uruguai* um poema nacional:

Não era nacional, porque era indígena, e a poesia indígena, bárbara, a poesia do *boré* e do *tupã*, não é a poesia nacional. O que temos nós com essa raça, com esses primitivos habitantes do país, se os seus costumes não são a face característica da nossa sociedade? (ASSIS, Machado de, 2008, p. 1003).

Machado de Assis assume, pois, um posicionamento muito próprio: ao afirmar que a literatura portuguesa influenciou “a nossa”, reconhece a separação entre as duas literaturas, fazendo coro às vozes dos representantes da *Minerva Brasiliense*. Mas não aceita que a vertente indianista, que remontaria à epopeia de Basílio da Gama, seja expressiva do que entende como “poesia nacional”. Mesmo porque ele não aceita qualquer afinidade entre o “nós” – a nação – e os “primitivos habitantes do país”, já que seus costumes não constituem “a face característica da nossa sociedade”.

Noves fora o pronunciamento em tese politicamente incorreto do jovem Machado, cabe destacar que o autor manteve-se coerente com o princípio, transcorridos quinze anos entre “O passado, o presente e o futuro da literatura”, de 1858, e a “Notícia da atual literatura brasileira”, de 1873. Este artigo foi publicado em periódico produzido em Nova York, *O Novo Mundo*, dirigido por José Carlos Rodrigues (1844-1923), com quem o escritor brasileiro trocara cartas em 1872, após as críticas que aquele tecera ao então recentemente lançado *Ressurreição* (ZILBERMAN, 2017).

A abertura do artigo parece estabelecer um diálogo com o estudo anterior, ainda que o estilo seja mais moderado:

Quem examina a atual literatura brasileira reconhece-lhe logo, como primeiro traço, certo instinto de nacionalidade. Poesia, romance, todas as formas literárias do pensamento buscam vestir-se com as cores do país, e não há negar que semelhante preocupação é sintoma de vitalidade e abono de futuro. [...]. Interrogando a vida brasileira e a natureza americana, prosadores e poetas acharão ali farto manancial de inspiração e irão dando fisionomia própria ao pensamento nacional. (ASSIS, Machado de, 2008, p. 1203).

No parágrafo seguinte, a argumentação vai na direção contrária, ao chamar a atenção para o extremismo com que alguns criadores se manifestam diante das produções nacionais:

Sente-se aquele instinto até nas manifestações da opinião, aliás mal formada ainda, restrita em extremo, pouco solícita, e ainda menos apaixonada nestas questões de poesia e literatura. Há nela um instinto que leva a aplaudir principalmente as obras que trazem os toques nacionais. (ASSIS, Machado de, 2008, p. 1203).

Descolando-se desse grupo, o crítico parece refazer seu juízo sobre a obra de Tomás Antônio Gonzaga, que, quinze anos antes, rejeitara. Observa que talvez a que chama “juventude literária” não tenha “meditado os poemas de *Uruguai* e *Caramuru* com aquela atenção que tais obras estão pedindo”; ainda assim, “Basílio da Gama e Durão são citados e amados, como precursores da poesia brasileira.” A seu ver, essa apreciação tem resíduos narcisistas, pois “a razão é que eles [os integrantes da “juventude literária”] buscaram em roda de si os elementos de uma poesia nova, e deram os primeiros traços de nossa fisionomia literária.” Enquanto isso – e é nesse ponto que Machado parece contrariar o parecer emitido ao final dos anos 1858 –, “outros, Gonzaga por exemplo, respirando aliás os ares da pátria, não souberam desligar-se das faixas da Arcádia nem dos preceitos do tempo. Admira-se-lhes o talento, mas não se lhes perdoa o cajado e a pastora, e nisto há mais erro que acerto.” (ASSIS, Machado de, 2008, p. 1203).

“Notícia da atual literatura brasileira” data de 1873, e circulou não apenas em Nova York, mas também no Brasil, já que o autor difundiu o artigo na imprensa liberal liderada pelo jornal “A Reforma”, publicado no Rio de Janeiro e demais províncias do país (BERGAMINI, Atílio, 2013). Reafirma, de certo modo, a posição antecipada em 1858, segundo a qual, na literatura brasileira, predomina o que aponta no subtítulo do artigo: o “instinto da nacionalidade”. Reitera a rejeição do princípio de que o “nacional” situa-se na representação da cultura indígena, como escreve mais adiante: “é certo que a civilização brasileira não está ligada ao elemento indiano, nem dele recebeu influxo algum; e isto basta para não ir buscar entre as tribos vencidas os títulos da nossa personalidade literária.” Não que o assunto deva

ser excluído da arte, já que “tudo é matéria de poesia, uma vez que traga as condições do belo ou os elementos de que ele se compõe.” (ASSIS, Machado de, 2008, p. 1204).

Inaceitável, para Machado, é a tese, de teor ideológico, não o tema, tanto que, dois anos depois, lança um livro contendo poemas indianistas – *As americanas*, de 1875. Mas, em trecho continuamente reproduzido, embasa seu critério em outro princípio: “o que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço.” (ASSIS, Machado de, 2008, p. 1205). Válido ou não, esse princípio pautou a maior parte de sua obra literária.

Joaquim Nabuco parece compartilhar essas ideias, mas acrescenta outras, algumas afinadas a questões debatidas à sua época. A primeira delas diz respeito à tese, segundo a qual *Os Lusíadas* pertencem à literatura brasileira, como se anotou antes. Assim, ele inverte a equação com que usualmente era abordado o tópico relativo à pertença ou não das obras representativas de uma literatura nacional: não são essas que fazem parte do repertório literário lusitano, mas o contrário, Camões sendo incorporado ao patrimônio brasileiro. Com essa proclamação, Nabuco parece desejar encerrar um debate de quase cinquenta anos; contudo, não concluem nesse ponto suas manifestações polêmicas.

Essas transparecem na segunda tese de seu artigo, quando o autor expõe sua total rejeição do projeto indianista, afirmando que “a vida no Brasil começou em 1500”. Antes dessa data, “existia o seu solo, mas com outro nome e povoado por outra raça”, que, por sua vez, desapareceu, “barbaramente perseguid(a), é certo”, tendo-se refugiado “no interior ainda virgem do país”. Entende-a como extinta, razão por que não deixou nenhum legado:

nada ficou sobre o solo, atestando a antiga existência das tribos primitivas: nenhuma forma de sociedade estável havia entre elas, enquanto no Peru os incas tinham o seu trono firmado no coração de uma raça, cujos monumentos e construções maravilharam os conquistadores.

Por outro lado, reconhece que um autor estivesse habilitado a contar

da vida errante, que povoasse o deserto de ilusões, que pusesse no coração de nosso índio os sentimentos mais ternos do seu, que fizesse-o muitas vezes eco de suas próprias dores, que lhe desse a eloquência de um tribuno e a imaginação de um poeta.

Segundo Nabuco, desse procedimento poderia nascer “uma obra da mais verdadeira e ideal poesia”, a exemplo de *O Uruguai*. Porém, – e esse é seu ponto, repercutindo a alegação exposta por Machado de Assis em seu artigo de 1858, – ao assim proceder, “o poeta, por maior que fosse o seu gênio, não faria um poema nacional”.

Uma das razões para essa impossibilidade é que o criador não tem condições de ser “o poeta de uma raça que não é nossa”. A literatura, a seu ver, expressa a sociedade, e a

sociedade brasileira é aquele que “substituiu, no gozo deste país, os seus habitantes primitivos”. Por isso, ao final do segundo parágrafo, pergunta: “o que tem a sociedade brasileira com as tribos indígenas?”, formulação que também parece ecoar, de modo mais polido, a interrogação lançada por Machado de Assis no texto publicado em *A Marmota*.

A segunda razão, conforme Joaquim Nabuco, decorre do fato de que a “cor local” não garante “a originalidade de uma literatura”. Vale-se dos versos de Gonçalves Dias (1823-1864) para ilustrar a afirmação: o escritor maranhense escreveu o que chamou de “poesias americanas”, mas, segundo o crítico pernambucano, isso não o faz um poeta indígena: “suas poesias indígenas seriam menos facilmente da poesia tupi do que seriam do cancionero espanhol suas sextilhas de Fr. Antão”. Complementa o raciocínio, segundo o qual a “cor local” não representa originalidade – e, por tabela, nacionalidade – com um argumento que não se limita à literatura em língua portuguesa: “Se a cor local bastasse para isso, Gonçalves Dias seria andaluz do tempo dos sarracenos, Byron seria veneziano ou grego, e Shakespeare seria ao mesmo tempo bretão, romano e mouro.”

O argumento, frise-se, é falacioso, porque confunde a naturalidade – em termos de local de nascimento – do artista com a originalidade de sua obra; contudo, Nabuco busca refletir sobre o teor de nacionalidade que uma literatura pode conter. Seu ponto de partida, enunciado na sentença de abertura do artigo, retorna no terceiro parágrafo: para uma literatura ser nacional, “precisa expressar o estado da sociedade que nela se reflete”, nesse ponto antecipando a afirmação de Machado de Assis relativa à possibilidade de o artista traduzir “certo sentimento íntimo”, possibilitando que se apresente como “homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço.”

Porém, o que em Machado será alusão indireta, em Nabuco é declarado em alto e bom som. Após reiterar que “no Brasil não há por ora originalidade alguma, nem de artes, nem de construção, nem de costumes, nem de vida”, expõe o que considera efetivamente “novo e original” – e aqui enuncia sua terceira tese, segundo a qual uma das marcas principais da sociedade nacional é “a escravidão”, “digamo-lo para nossa vergonha”.

Reconhece que

há sempre nas obras dos escritores, que querem ser nacionais, traços, reflexos, sinais dessa deplorável instituição. O que constitui nos seus livros a particularidade de nossas cenas familiares, de nossa vida campestre, são os quadros do cativo humano.

E conclui que “a nossa vida é a mesma dos outros países, com a diferença que entre nós há a escravidão de mais.”

É o escravismo que, segundo Nabuco, confere originalidade ao Brasil. Sua representação pela literatura segue alguns caminhos: pode ser pintada de modo odioso; ao lado dos que assim o fazem, há os que preferem a polêmica ao romance ou à poesia, além daqueles que, a seu ver, “confundem insensivelmente os dois estados”. Desse modo, para dar “cor local do país a suas obras, trazem uma lembrança do cativo, sem indagarem se isso não é um estigma, que eles imprimem, em vez de uma honra que fazem a seu país.”

Tal vertente, a seu ver, constitui “a exata pintura da sociedade de hoje”. Como, porém, o escravismo está “destinado a perecer”, desaparecendo, por consequência, a sociedade onde aquele vigora, a literatura que o traduz não se manterá viva. Segundo Nabuco, o Brasil experimenta uma época de transição, e “os quadros em que ela vê hoje sua imagem” desaparecerão junto com a extinção do trabalho servil.<sup>4</sup>

Desvencilhado de, pelo menos, três pressupostos que embasavam a teoria da literatura brasileira – a de que ela faria parte da literatura portuguesa, a da validade do indianismo e a da presença da cor local, que garantiria a nacionalidade e originalidade a nosso patrimônio artístico – e apoiado na noção de que a identidade cultural decorre da existência, por enquanto temporária, do escravismo –, Nabuco investe agora contra outra asserção, tida até então como certeza. Segundo o autor, o Brasil não apenas não produz uma literatura original, como também não conta com uma poesia épica autêntica.

Assim, após recapitular que foram estéreis os esforços para dotar o país de uma literatura pátria, seja porque se produziu uma literatura sem “relação alguma com a raça, as tradições e a história do país”, literatura, pois, que não poderia ser considerada brasileira, seja porque “traçaram as raias de nossa nacionalidade moral com a escravidão, condenada a desaparecer”, examina o projeto de poesia épica de Domingos Gonçalves de Magalhães para, por esse caminho, garantir o lugar de *Os Lusíadas* enquanto “obra-prima de nossa literatura”, retornando, desse modo, a seu ponto de partida.

Para chegar a esse resultado, afirma primeiramente ser “preconceito” o objetivo de “tornar-nos independentes de Portugal, literária, como nos tornamos politicamente”. Segundo Nabuco, estas são questões de natureza distinta, e não podem ser examinadas como equivalentes. Também rejeita a ideia de que Magalhães operou a “nacionalização das letras pátrias”, pois, a seu juízo, a poesia daquele autor carece de “cor, movimento, harmonia,

---

<sup>4</sup> A Lei do Ventre Livre foi aprovada em 1871, com a expectativa de extinguir aos poucos a escravidão no Brasil. O relator da lei foi José Tomás Nabuco de Araújo (1813-1878), pai de Joaquim Nabuco.

comunicação, vida e rima”. Em outra formulação, um poema épico, para ser reconhecido, requer qualidade artística, o que falta em *A Confederação dos Tamoios*.

A recusa da obra de Magalhães ocupa poucas linhas no artigo de Nabuco. Argumentando que não pretende referir-se a autores vivos, é econômico nas suas palavras. Mas seu comedimento não deixa de ser uma maneira de enunciar em “meia palavra” aquilo que o “bom entendedor” interpretaria por inteiro. Afinal, Magalhães, no prefácio de 1864, contrapusera-se ao autor de *Os Lusíadas* para afirmar a validade de seu projeto épico-indianista, enquanto que, da sua parte, Nabuco admira o poema lusitano e seu criador. Não causa estranheza, pois, que rejeite *A Confederação dos Tamoios* enquanto exemplo de realização de uma epopeia brasileira original capaz de representar a nacionalidade.

Datado de 3 de junho, o artigo de duas colunas é sucedido pelo livro de mais de trezentas páginas. A obra abre com uma introdução, que inclui, a partir da página onze até o final, o texto divulgado em *A República*. Talvez Nabuco desejasse antecipar a reação que seu livro provocaria, pois o trecho tornado público é o que traduz de modo explícito sua visão da literatura brasileira e de suas relações com a sociedade, condenando a falta de originalidade da primeira, anunciando a transitoriedade do regime escravocrata e, sobretudo, proclamando a pertença simbólica de *Os Lusíadas* ao patrimônio literário nacional.

O lançamento do livro foi sucedido por resenhas lançadas em jornais de repercussão à época. O *Jornal do Comércio* de 30 de agosto de 1872 informa o aparecimento da obra e elogia seu conteúdo, ressaltando sobretudo a intenção do autor em festejar o terceiro centenário do poema (IMPrensa). Em 1 de setembro, na seção “Altos e baixos”, a publicação é outra vez celebrada, chamando a atenção para as virtudes estilísticas de Nabuco e seu empenho em valorizar a criação camoniana em uma época em que o poeta parecia esquecido pelo público (ALTOS E BAIXOS).

Dois dias depois, é a vez de *A Reforma* manifestar-se a respeito da volume elaborado por Nabuco. Também aqui o tom é encomiástico, a ponto de o crítico observar que “o estudo crítico biográfico de Camões, que acaba de ser impresso no Brasil, não encontra estudo igual na pátria do cantor de Vasco da Gama.” (LITTERATURA). Porém, o resenhista, após destacar que o “jovem escritor” produz uma crítica “erudita e sem afetação”, sendo dotado de um estilo “florido”, com períodos “sonoros, harmônicos e ordenados sem esforço”, manifesta sua divergência em relação à tese de que inexistente uma literatura brasileira, faltando-nos “elementos para a sua criação”. Comenta o crítico:

Não se pode negar que o Brasil tenha uma tradição sua. Essa tradição, os aborígenes aniquilados pelos colonizadores, a teogonia indiana, os costumes extravagantes dos

indígenas, o espírito aventureiro dos primeiros exploradores, a variedade da nossa fauna e da nossa flora, tudo isso parece-nos fundamento para a nossa emancipação literária.

E complementa:

esta imensa zona territorial, onde viveram e foram exterminadas tantas nações guerreiras, pitorescas nos seus ritos e usanças; que neste enorme país onde o sol e os horizontes engrandecem o pensamento do homem; onde lutaram colonos e íncolas, modificando aqueles os seus hábitos europeus, não acreditamos que a este gigantesco Brasil faleçam elementos para uma literatura nacional.

Para assegurar a validade de suas ideias, o articulista recorre a “dois ilustres estrangeiros”, Humboldt (1769-1859) e Ferdinand Denis, este especialmente em suas *Scenes de la nature sous les tropiques et de leur influence sur la poésie*, que “robusteceram ainda mais a nossa crença”. Contudo, não discorda da proposta de Nabuco, segundo a qual o autor, “escolhendo os *Lusíadas* não saiu do terreno da literatura nacional” (grifos do A.); afinal, segundo ele, “a grande epopeia portuguesa pertence-nos por mais de um motivo”:

Além da nossa história entroncar na desses heróis que partiram da ocidental praia lusitana, falamos a mesma língua que eles, e se o assunto do poema não é brasileiro, não temos melhor modelo do que esse.

O jornalista, ao resenhar o livro de Nabuco, inverte o raciocínio do autor de *Camões e os Lusíadas*. Para este, o poema vincula-se ao patrimônio nacional, porque, de certo modo, nossa literatura é “estrangeira”, a não ser quando traduz o escravismo, tema, segundo Nabuco, que se esgotará quando a servidão for extinta. Contudo, a ausência de uma literatura nacional não é deprimente, pois a lacuna é ocupada por Camões. Além disso, para o estudioso pernambucano, não importa a nacionalidade do criador, nem o que ele traduz em verso e prosa, mas sua qualidade artística. Gonçalves de Magalhães é brasileiro e redigiu uma epopeia; mas é mau poeta; melhor então incorporar o bardo luso, que produziu uma obra exemplar.

O cronista de *A Reforma* toma outro caminho: *Os Lusíadas* “pertence-nos”, porque dá conta de nosso passado, usa a língua portuguesa e é modelo de criações posteriores. O nacional continua o parâmetro de avaliação, filtro por onde podem passar as obras constituintes da história da literatura brasileira, incluída aí a alternativa de um poema épico de tema local.

No ano seguinte ao da publicação de *Camões e os Lusíadas*, Machado de Assis dará continuidade ao debate, ao publicar sua “Notícia da atual literatura brasileira”. A proximidade de datas e de perspectivas aponta para uma preocupação, que, sem ter desenvolvimento na época, nem nas décadas subsequentes, permaneceu como um esqueleto no armário da

historiografia brasileira, permanentemente atenta às manifestações de originalidade e nacionalidade, sem, contudo, encontrá-las.

## Referências

- ALTOS E BAIXOS. *Jornal do Comércio*. Ano 51, v. 244, p. 2. 1 de setembro de 1872. [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_06&pesq=%22Joaquim%20Nabuco%22&pasta=ano%201872\edicao%2000241&pagfis=5464](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_06&pesq=%22Joaquim%20Nabuco%22&pasta=ano%201872\edicao%2000241&pagfis=5464). Acesso em: 12 set. 2021.
- ASSIS, Machado de. Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de Nacionalidade. In: \_\_\_\_\_. *Obra completa em quatro volumes*. Org. Aluizio Leite; Ana Lima Cecilio; Heloisa Jahn. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008. V. 3, p. 1203-1211.
- ASSIS, Machado de. O passado, o presente e o futuro da literatura. In: \_\_\_\_\_. *Obra completa em quatro volumes*. Org. Aluizio Leite; Ana Lima Cecilio; Heloisa Jahn. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008. V. 3, p. 1002-1012.
- BERGAMINI, Atilio. “Instinto de nacionalidade” na imprensa liberal. *Machado de Assis em Linha*, Rio de Janeiro. v. 6, n. 12, p. 15-31, dezembro 2013.
- BARBOSA, Januário da Cunha. Da nacionalidade da literatura. *Minerva Brasiliense*, v. 1, n. 6. 15 de janeiro de 1844. p. 168. <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=703095&pasta=ano%20184&pesq=%22nacionalidade%20da%20literatura%22&pagfis=177>. Acesso em: 28 jul 2022.
- BESSONE, Tania Maria T. *Minerva Brasiliense*: redadores, colaboradores, publicistas. In: NEVES, Lucia Maria Bastos P.; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Minerva Brasiliense*: leituras. Rio de Janeiro: Contracapa, 2016. p. 39-64.
- CORRESPONDÊNCIA. In: CESAR, Guilhermino. *Historiadores e críticos do Romantismo*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978. p. 123-126.
- DENIS, Ferdinand. *Resumo da história literária de Portugal, seguido do Resumo da história literária do Brasil*. Trad., apresentação e notas de Regina Zilberman. Rio de Janeiro: Makunaima, 2018.
- DRUMMOND, Adriano Lima. *Um poeta português também do Brasil: Joaquim Nabuco leitor de Camões*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012. (Dissertação de Mestrado).
- GARRETT, Almeida. Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa. In: ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice. *O berço do cânone*. Textos fundadores da história da literatura brasileira. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998. p. 29-73.
- IMPRESA. *Jornal do Comércio*. Ano 51, v. 241, p. 4. 30 de agosto de 1872. [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_06&pesq=%22Joaquim%20Nabuco%22&pasta=ano%201872\edicao%2000241&pagfis=5452](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_06&pesq=%22Joaquim%20Nabuco%22&pasta=ano%201872\edicao%2000241&pagfis=5452). Acesso em: 12 set. 2021.
- LITTERATURA. Revista Bibliográfica. Camões e *Os Lusíadas*. Por Joaquim Nabuco. *A Reforma*. Órgão Democrático. Ano IV, n. 201, p. 2. 3 de setembro de 1872. <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=226440&pesq=%22Joaquim%20Nabuco%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=3931>. Acesso em: 12 set. 2021.
- MAGALHÃES, D. J. G. de. *A Confederação dos Tamoios*. Segunda edição, revista, correta e acrescentada pelo autor. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1864.
- MAGALHÃES, D. J. G. de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. *Niterói*. Revista Brasiliense. Paris: Dauvin et Fontaine, Libraires, 1836, tomo 1, p. 132-159. (Ed. fac-similada Biblioteca Academia Paulista de Letras, 1978, v. 9).
- NABUCO, Joaquim. Camões e *Os Lusíadas*. *A Republica*. Rio de Janeiro. Ano IV, n. 372, p. 4. 03 de junho de 1872.

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=138916&Pesq=%22Joaquim%20Nabuco%22&pagfis=1483>. Acesso em: 12 jul. 2021.

NABUCO, Joaquim. *Camões e Os Lusíadas*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, 1872.

O BRASILEIRO. Correspondência. In: CESAR, Guilhermino. *Historiadores e críticos do Romantismo*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978. p. 121.

PEREIRA, Renan Rivaben. *Semana Ilustrada, o Moleque e o Dr. Semana*: Imprensa, cidade e humor no Rio de Janeiro do 2º Reinado. Assis: Faculdade de Ciências e Letras de Assis; UNESP, 2015 (Dissertação de Mestrado).

PUBLICAÇÃO IMPORTANTE. *A Reforma*, ano IV, n. 80, p. 1. 11 de abril de 1872.

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=226440&pesq=%22Joaquim%20Nabuco%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=3446>. Acesso em: 12 set. 2021.

RIBEIRO, Santiago Nunes. Da nacionalidade da literatura brasileira. In: SOUZA, Roberto Acízelo de. *Historiografia da literatura brasileira*. Textos fundadores (1825-1888). Rio de Janeiro: Caetés, 2014. V. 1, p. 170-217.

SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. Nacionalidade da literatura brasileira. In: SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. *História da literatura brasileira e outros ensaios*. Organização, apresentação e notas de Roberto Acízelo de Souza. Rio de Janeiro: Zé Mário, 2002. p. 63-112.

ZILBERMAN, Regina “Cor local” e história da literatura. *Légua & meia*: Revista de literatura e diversidade cultural. Feira de Santana: UEFS, n. 6, 2017, p. 9-21.

**Recebido em:** 12/12/2022; **Aceito em:** 12/12/2022